

Chegou a conta do uso sustentável

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

O geógrafo Carlos Minc tomou posse duas vezes no Ministério do Meio Ambiente. A primeira foi em maio, quando substituiu a ministra Marina Silva, meio aos trancos e barrancos. A segunda, esta semana, quando demitiu o superintendente do Ibama Oswaldo Luiz Pittaluga, por contas de pecados funcionais, como doar a um assentamento rural na Amazônia 36 motosserras, duas serrarias e os geradores para tocá-las.

Não que medidas purgativas como essa não acontecessem antes. Ali mesmo, na jurisdição de Pittaluga, seus afilhados do assentamento Joana d'Arc, em Porto Velho, foram multados em R\$ 3 milhões, quatro meses atrás – portanto, ainda na gestão de Marina Silva – por desmatar 600 hectares, escancarar as reservas legais para o gado e traficar madeira nativa no mercado paralelo.

Desmatamento bom

Mas eram acidentes de percurso, que não abalavam a determinação de salvar a Amazônia pelas mãos dos assentados da reforma agrária, das populações tradicionais e dos índios. E Minc aproveitou a exoneração de Pittaluga como mecenás do Movimento Camponês Corumbiara, uma espécie de MST em estado feral, para revogar a política vigente no ministério desde 2003. “Dizem que o movimento é parceiro, aliado. Tipo assim: os latifundiários não podem desmatar, mas nossa turma pode. Isso é totalmente contraditório com minha gestão”.

Foi um pequeno passo para o ministro, mas grande para o ministério. Finalmente ele admitiu o que há muito tempo estava atravessado na goela dos ambientalistas que levam a sério a conservação da natureza. Quando entrou em voga, embalada nas utopias de meia confecção da Constituinte de 1988, a opção preferencial dos políticos pelo “uso sustentável” parecia boa demais para ser verdade. Na prática, mostrou-se francamente enganosa. Fora dos gabinetes, o tal do uso sustentável raramente agüentava um exame in loco, por pesquisadores de campo.

Sem falar que, há anos, institutos tecnicamente respeitáveis e politicamente neutros, como o Imazon, de Belém do Pará, passaram a medir seus paradoxos por satélite. Assentamentos, reservas extrativistas e territórios indígenas têm índices de devastação altos demais para se denominar “reservas”, inclusive porque as madeireiras costumam acampar em suas bordas, sabendo qual será o primeiro produto a sair de lá.

O biólogo Fábio Olmos enxergou o que estava acontecendo em Rondônia nos idos de 1998 – quer dizer, dez anos atrás, – quando escolheu a dedo, por imagens de satélite, uma floresta ideal para o estudo da fauna amazônica. No lugar, encontrou uma serra queimada pelas roças da reserva extrativista do rio Ouro Preto. Lá mesmo, viu mais tarde o parque nacional da Serra da

Cutia perder 181 mil hectares para 39 moradores, agraciados pelos antropólogos do governo com o título nobiliárquico de população tradicional.

Agora, ratificadas pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, esses dados entraram nas contas de Brasília. Mas, para que entrassem também na retórica do ministro do Meio Ambiente, foi preciso botar Carlos Minc na cadeira de Marina Silva. Ela tem fé. Acredita no extrativismo como verdade sacramentada pelo sangue de Chico Mendes. Duvida de qualquer argumento científico contra suas convicções mais profundas, inclusive de Charles Darwin, quando contraria a leitura textual da Bíblia. Com ela no ministério, a saída de Pittaluga seria, na melhor das hipóteses, um rodízio burocrático. Com Minc, tomara que indique o fim de uma política que fracassou.